



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



RECEBIDO, AUTUE-SE E
INCLUIA EM PAUTA

07 OUT 2025

1º Secretário

PROTOCOLO

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

07 OUT 2025

Protocolo:

1218/25

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº

1131/25

AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA

Institui o Programa de Integração
Universidade-Comunidade Rural no
âmbito do Estado de Rondônia e dá
outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Rondônia, o Programa de Integração Universidade-Comunidade Rural, com o objetivo de aproximar instituições de ensino superior e comunidades rurais, promovendo ações voltadas à orientação técnica sobre manejo, saúde animal, reprodução e prevenção de doenças.

Art. 2º O Programa deverá ser desenvolvido por meio da participação de estudantes dos cursos de Medicina Veterinária, tanto de instituições de ensino superior públicas quanto privadas, assegurando-se a participação equilibrada entre ambas, sob supervisão docente e orientação técnica adequada.

Parágrafo único. A participação de instituições privadas dependerá de celebração de convênio ou termo de cooperação com o Poder Executivo.



PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA			
<p>Art. 3º A participação dos estudantes no Programa terá como prioridade o reconhecimento das atividades como estágio curricular supervisionado, podendo, quando não for possível o enquadramento nessa modalidade, ser considerada como:</p> <p>I – atividade prática;</p> <p>II – atividade de extensão universitária.</p> <p>Parágrafo único. O reconhecimento acadêmico das horas cumpridas ficará condicionado à regulamentação do Ministério da Educação (MEC) e às normas próprias das instituições de ensino superior conveniadas, respeitada a autonomia universitária, devendo-se sempre buscar, em primeiro plano, o aproveitamento das atividades como estágio curricular supervisionado.</p> <p>Art. 4º A participação dos estudantes no Programa deverá observar os seguintes critérios e modalidades:</p> <p>I – poderão participar alunos regularmente matriculados nos cursos de Medicina Veterinária das instituições conveniadas, preferencialmente a partir do segundo período ou conforme critério estabelecido pela instituição de ensino;</p> <p>II – a participação poderá ocorrer como estágio curricular supervisionado, atividade prática ou extensão universitária, respeitando a regulamentação do Ministério da Educação (MEC) e normas internas da instituição;</p> <p>9</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA			
<p>III – cada estudante deverá estar sob supervisão adequada, de forma a garantir acompanhamento pedagógico e técnico, conforme definido pelas instituições de ensino;</p> <p>IV – a carga horária, forma de registro das atividades e critérios para reconhecimento acadêmico deverão ser previamente definidos pelas instituições conveniadas;</p> <p>V – a seleção dos estudantes poderá levar em conta critérios de desempenho acadêmico, interesse demonstrado e afinidade com as atividades propostas, respeitando-se a equidade de acesso às oportunidades.</p> <p>Art. 5º O Programa poderá ser executado pelo Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária de Rondônia – SEAGRI, que poderá firmar convênios com instituições de ensino superior públicas e privadas e com demais parceiros, de forma a viabilizar a realização das atividades previstas nesta Lei.</p> <p>Parágrafo único. A supervisão dos estudantes no âmbito do Programa será realizada por profissionais habilitados das instituições de ensino superior conveniadas e técnicos do quadro da SEAGRI, podendo ser compartilhada ou complementar, de forma a atender às exigências do Ministério da Educação (MEC) para reconhecimento acadêmico das atividades.</p> <p>Art. 6º O Poder Executivo poderá celebrar parcerias com:</p>			

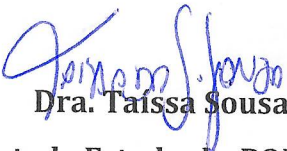


Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA			
<p>I – conselhos profissionais da área, em especial o Conselho Regional de Medicina Veterinária;</p> <p>II – associações e cooperativas de produtores rurais;</p> <p>III – prefeituras municipais;</p> <p>IV – organizações da sociedade civil.</p> <p>V – instituições de pesquisa agropecuária, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).</p> <p>VI – Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU, em ações que envolvam saúde pública, zoonoses e bem-estar animal.</p> <p>VII – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, em ações de defesa sanitária animal e vegetal.</p> <p>Art. 7º São objetivos específicos do Programa:</p> <p>I – levar conhecimento técnico acessível às comunidades rurais;</p> <p>II – favorecer a vivência prática e profissional dos estudantes;</p> <p>III – contribuir para a melhoria da produção, bem-estar animal e segurança alimentar;</p>			



PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA			
<p>IV – estimular o compromisso social da universidade com o desenvolvimento rural sustentável.</p> <p>Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias envolvidas, podendo estas firmar parcerias ou convênios que viabilizem recursos adicionais, se necessário, garantindo a sustentabilidade financeira do Programa.</p> <p>Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.</p> <p>Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p> Dra. Taíssa Sousa Deputada Estadual – PODEMOS</p>			



PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA			
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente, Diletos colegas deste Parlamento Estadual,</p> <p>Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas,</p> <p>O presente projeto de lei institui o Programa de Integração Universidade-Comunidade Rural no âmbito do Estado de Rondônia, com o objetivo de aproximar instituições de ensino superior das comunidades rurais, promovendo ações de orientação técnica sobre manejo, saúde animal, reprodução e prevenção de doenças.</p> <p>Tal iniciativa apresenta relevância social, acadêmica e econômica, e encontra respaldo em princípios constitucionais e normas legais brasileiras que valorizam a educação, a saúde pública, o desenvolvimento rural e a participação social. As comunidades rurais, especialmente aquelas de pequeno e médio porte, frequentemente enfrentam dificuldades no acesso a orientação técnica qualificada, impactando a produtividade, a saúde animal e a segurança alimentar.</p> <p>A implementação do Programa permitirá levar conhecimento técnico acessível às comunidades, fortalecendo práticas de manejo sustentável, prevenção de doenças e promoção do bem-estar animal. O Programa proporciona aos estudantes de Medicina</p>			




PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA			
<p>Veterinária uma experiência única de prática profissional, especialmente para aqueles que encontram dificuldades em obter estágio supervisionado, etapa essencial para a formação acadêmica e o desenvolvimento de competências profissionais.</p> <p>O reconhecimento das atividades como estágio curricular supervisionado, nos termos da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio), aliado à possibilidade de aproveitamento como atividade prática ou de extensão universitária, contribui significativamente para a formação integral do estudante, possibilitando a aplicação dos conhecimentos teóricos em situações reais, o desenvolvimento de competências técnicas e o fortalecimento do compromisso social com as comunidades atendidas.</p> <p>O programa promove a interação entre instituições de ensino superior, poder público, conselhos profissionais, associações de produtores, cooperativas e órgãos de pesquisa, tais como a Embrapa e a IDARON, fortalecendo a integração entre universidade e sociedade. Além disso, a participação da SESAU em ações conjuntas voltadas à saúde pública, zoonoses e bem-estar animal reforça a articulação intersetorial e a promoção de políticas públicas integradas.</p> <p>A implementação do Programa contribui para a formação de profissionais capacitados e socialmente responsáveis, ao mesmo tempo em que oferece à população rural acesso a assistência técnica e científica qualificada. Trata-se de um mecanismo de democratização do conhecimento, fortalecimento da produção agropecuária local, e estímulo ao desenvolvimento rural sustentável.</p> <p>Por todas essas razões, a aprovação deste projeto de lei revela-se imprescindível, assegurando que Rondônia avance na formação de profissionais altamente capacitados,</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
	AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA fortaleça o desenvolvimento sustentável do meio rural e consolide políticas públicas integradas, inovadoras e socialmente inclusivas.  Dra. Taíssa Sousa Deputada Estadual - PODEMOS		